

## O FUTEBOL DE MULHERES EM NITERÓI DURANTE A PROIBIÇÃO

## FÚTBOL FEMENINO EN NITERÓI DURANTE LA PROHIBICIÓN

## THE WOMEN'S FOOTBALL IN NITERÓI DURING PROHIBITION

Batista, Victor Hugo Gonçalves



Caminhos da História

 Victor Hugo Gonçalves Batista i  
victorhugobatista@id.uff.br  
Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

**Caminhos da História**  
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil  
ISSN: 1517-3771  
ISSN-e: 2317-0875  
Periodicidade: Semestral  
vol. 29, núm. 1, 2024  
revista.caminhosdahistoria@unimontes.br

Recepção: 13 Maio 2023  
Aprovação: 01 Setembro 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/507/5074884009/>

DOI: <https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v29n1p.96-117>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar dois movimentos de mulheres que jogaram futebol em Niterói em contextos distintos, mas durante o período no qual essa prática era proibida no Brasil. O primeiro movimento aconteceu entre 1968 e 1969 e o segundo ocorreu entre 1976 e 1979. A principal fonte analisada é o jornal niteroiense *O Fluminense*, que por ser um periódico local, noticiava sobre os eventos que aconteciam na cidade. Como aporte teórico, foi utilizada a concepção de Ludmila Mourão e Márcia Morel que compreende a trajetória do futebol de mulheres no Brasil como um “efeito sanfona”, levando em consideração a expansão e a retração da prática da modalidade em diferentes contextos. No primeiro movimento observou-se que a razão para a retração da prática foram as pressões realizadas pelas instituições esportivas com o intuito de conter o avanço da modalidade. Por outro lado, no segundo movimento as entidades esportivas não atuaram neste sentido, de modo que o cenário se apresentava favorável para o desenvolvimento da modalidade, mas o que aconteceu foi uma significativa diminuição das notícias sobre o futebol de mulheres.

**Palavras-chave:** Futebol de mulheres, Niterói, *O Fluminense*, Federação Fluminense de Desportos.

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es analizar dos movimientos de mujeres que jugaban al fútbol en Niterói en diferentes contextos, pero durante el período en que esta práctica estaba prohibida en Brasil. El primer movimiento se produjo entre 1968 y 1969 y el segundo se produjo entre 1976 y 1979. La principal fuente analizada es el diario niteroense *O Fluminense*, que, como diario local, informaba sobre hechos ocurridos en la ciudad. Como aporte teórico, se utilizó la concepción de Ludmila Mourão y Márcia Morel, que entiende la trayectoria del fútbol femenino en Brasil como un “efecto acordeón”, teniendo en cuenta la expansión y retracción de la práctica de la modalidad en diferentes contextos. En el primer movimiento se observó que el motivo de la retractación de la práctica fue la presión ejercida por las instituciones deportivas con el fin de contener el avance de la modalidad. En cambio, en el segundo movimiento, las entidades deportivas no actuaron en ese sentido, por lo que el escenario era propicio para el desarrollo de la modalidad, pero lo

que ocurrió fue una importante disminución de noticias sobre el fútbol femenino.

**Palabras clave:** Fútbol femenino, Niteroi, *O Fluminense*, Prohibición, Instituciones Deportivas.

**Abstract:** The objective of this work is to analyze two movements of women who played soccer in Niterói in different contexts, but during the period in which this practice was prohibited in Brazil. The first movement took place between 1968 and 1969 and the second occurred between 1976 and 1979. The main source analyzed is the Niteroi newspaper *O Fluminense*, which, as a local newspaper, reported on events that took place in the city. As a theoretical contribution, the conception of Ludmila Mourão and Márcia Morel was used, which understands the trajectory of women's soccer in Brazil as an "accordion effect", taking into account the expansion and retraction of the practice of the modality in different contexts. In the first movement, it was observed that the reason for the retraction of the practice was the pressure exerted by sports institutions in order to contain the advance of the modality. On the other hand, in the second movement, the sports entities did not act in this sense, so that the scenario was favorable for the development of the modality, but what happened was a significant decrease in news about women's football.

**Keywords:** Women's soccer, Niterói, *O Fluminense*, Prohibition, Sports Institutions.

## INTRODUÇÃO

O futebol de mulheres<sup>[1]</sup> vem tendo um crescimento significativo no Brasil e no mundo. As últimas edições da Copa do Mundo de Futebol Feminino, realizadas em 2015 no Canadá, em 2019 na França, e em 2023 na Austrália e Nova Zelândia, ilustram bem esse crescimento. De acordo com o Centro de Referência do Futebol Brasileiro, vinculado ao Museu do Futebol, em relação ao campeonato de 2015: “O desempenho nas redes sociais foi consideravelmente superior ao da Copa na Alemanha: 20 milhões de visitantes únicos à página da Copa no site da FIFA – 178% maior que 2011”<sup>[2]</sup>. No Mundial de 2019 os números foram ainda mais expressivos: “Segundo dados da FIFA, o Mundial da França foi visto por 1,2 bilhão de pessoas ao redor do mundo. Na América do Sul a audiência cresceu 560%, em relação ao torneio de 2015”<sup>[3]</sup>. Em relação a Copa do Mundo de 2023, o portal *Lance* destaca que: “Disputado na Austrália e Nova Zelândia, o torneio ultrapassou o recorde de público de 2015 de 1,35 milhão antes mesmo da conclusão das oitavas de final. No total, 1,97 milhão de pessoas foram aos jogos do Mundial”. No que diz respeito a transmissão dos jogos no Brasil: “A *Cazé TV*, canal do *streamer* Casimiro Miguel no Youtube, somou mais de 69 milhões de visualizações com todos os 64 jogos do Mundial, transmitidos ao vivo e de forma gratuita”<sup>[4]</sup>.

---

## AUTOR NOTES

- i Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: victorhugobatista@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3908-0503>. Este artigo faz parte da minha dissertação de mestrado, intitulada *Entre a proibição e a primeira seleção: representações de gênero no Futebol de Mulheres (1965-1988)*, defendida em julho de 2022. No entanto, a abordagem realizada neste artigo possui uma perspectiva inédita.

Juntamente com os progressos do futebol de mulheres nas quatro linhas, as pesquisas sobre essa temática também cresceram consideravelmente na última década, com trabalhos nas mais diversas áreas do conhecimento, como História, Antropologia, Educação Física, Comunicação Social e entre outras. Exemplos dessa expansão são os trabalhos de Caroline Almeida (2013), Cláudia Kessler (2015), Giovana Capucim e Silva (2015) e Aira Bonfim (2019).

Apesar do cenário positivo referente ao futebol de mulheres observado nesta última década, as desigualdades de gênero no mundo futebolístico ainda são gigantescas. Isso, inclusive, é um problema histórico que está na raiz dos esportes, sobretudo aqueles que se desenvolveram como uma área de reserva masculina, como é o caso do futebol (DUNNING, 1992).

Nessa mesma linha, Bourdieu expõe que:

O desporto é concebido como uma escola de coragem e virilidade, capaz de “formar o carácter” e de inculcar a vontade de vencer (“will to win”) que é a marca dos verdadeiros chefes, mas uma vontade de vencer segundo as regras - é o fair play, disposição cavalheiresca em tudo oposta à busca vulgar da vitória a todo preço (BOURDIEU, 2003, p. 187).

Nota-se, portanto, que o futebol, assim como outros esportes, surgiu carregado de valores patriarcais, se constituindo e se desenvolvendo como um espaço social de domínio masculino, influenciado pelas relações de gênero existentes na sociedade ocidental. O veto do Barão de Coubertin, responsável pelos primeiros Jogos Olímpicos Modernos em 1896, a presença de mulheres na competição, é um exemplo concreto dessa lógica.

Apesar disso, durante a Primeira Guerra Mundial, na década de 1910, enquanto os homens foram para o *front*, as mulheres operárias da Inglaterra conseguiram se inserir no futebol, praticando o esporte principalmente com fins beneficentes. Com o fim da Guerra, contudo, a sociedade inglesa passou a questionar a prática do futebol pelas mulheres e a Federação Inglesa de Futebol (FA), em 1921, decidiu banir os seus clubes associados a constituírem equipes de futebol formadas por mulheres (PESSANHA, 2021).

No Brasil, nas décadas de 1910 e 1920, elas passaram a dirigir-se para as “festas esportivas” não apenas para assistência, mas aos poucos, como protagonistas de pequenas disputas e certames feitos por seus próprios corpos. A prática do futebol por mulheres também esteve presente nos circos nas décadas de 1920 e 1930, sendo anunciado pela imprensa como novidade em diferentes oportunidades. No entanto, foi nos subúrbios cariocas, no início da década de 1930 e 1940, que o futebol de mulheres passou a ter organização, regularidade e visibilidade (BONFIM, 2019). Naquele contexto, a presença de mulheres no futebol “representava uma transgressão ao hegemonicamente aceito como constitutivo da identidade feminina que tinha na imagem da mãe grande aceitabilidade” (GOELLNER, 2005, p. 146). Diante disso, uma parcela da imprensa e da sociedade passou a atacar e desqualificar o futebol de mulheres. Um registro emblemático desse movimento é a carta de um cidadão chamado José Fuzeira, ao presidente da república, Getúlio Vargas:

Refiro-me, Snr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar esse esporte violento sem afetar seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que a dispôs a ser mãe...<sup>[5]</sup>

O argumento de Fuzeira é baseado no discurso médico que era propagado naquele contexto histórico. Sobretudo por conta da ideia de eugenia, muito forte no Estado Novo, o papel da mulher na sociedade seria o de gerar filhos fortes e saudáveis para a nação (FRANZINI, 2005). Os esportes e a educação física adquiriram um papel fundamental nesse panorama, pois algumas práticas corporais passaram a ser indicadas, recomendadas e incentivadas às mulheres, a fim de desenvolverem um organismo forte, saudável e adequado à condução de uma gravidez. Nas palavras do Dr Humberto Ballariny, médico daquela época: “A sublime missão destinada à mulher é a maternidade e toda a sua formação física, moral e intelectual deve visar a este nobre objetivo”<sup>[6]</sup> Contudo, as atividades físicas recomendadas a elas eram limitadas, restringindo-se a esportes que de maneira geral não exigiam contatos, tais como a ginástica, a dança e a natação. Algumas dessas práticas poderiam ser feitas no ambiente do lar, sendo desprovidas do caráter competitivo e próximas ao

universo feminino da beleza, do encanto e da delicadeza, associado diretamente ao feminino (GOELLNER, 1999).

Essa concepção culminou na proibição da prática do futebol e de outras modalidades esportivas por mulheres no Brasil por meio do Decreto-lei 3199, publicado no dia 14 de abril de 1941, responsável por estabelecer as bases de organização dos desportos no país. No artigo 54 o documento afirmava que: “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”<sup>[7]</sup>. Tendo em vista a definição de Joan Scott (1990), que define gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de significar as relações de poder, nota-se que a proibição de determinadas práticas esportivas às mulheres está diretamente relacionada com tais diferenças e está calcada em uma lógica de relações de poder, envolvendo principalmente o discurso médico.

Após a proibição, a prática do futebol pelas mulheres voltou a aparecer na imprensa somente em 1959. Segundo Else e Nadel (2019), um grupo de moças formou uma equipe dentro do Araguari Atlético Clube, de Minas Gerais, viajaram com o time masculino e chamaram atenção quando fizeram uma pequena excursão pelo país. Nesse mesmo ano, surgiram equipes de futebol formadas por mulheres em São Paulo, Rio de Janeiro e em alguns estados do nordeste, como Bahia e Piauí.<sup>[8]</sup> Além disso, passaram a ser organizados jogos protagonizados por atrizes de São Paulo e do Rio de Janeiro, chamadas de vedetes, os quais chegaram a ser disputados no Pacaembu e no Maracanã.

Além do aumento da prática do futebol por mulheres no final da década de 1950 e início da década de 1960, a Federação Internacional de Futebol (FIFA), entidade máxima do esporte, aconselhou as federações nacionais a adotarem prudente reserva com o futebol feminino e não estimularem o seu desenvolvimento (SILVA, 2015). Diante disso, o Conselho Nacional de Desportos decidiu reafirmar a proibição, por meio da Deliberação nº7 de 1965, explicitando as modalidades que não poderiam ser praticadas por elas. De acordo com o documento: “não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball”<sup>[9]</sup>.

Se na década de 1940, o decreto proibitivo fez com que as mulheres se afastassem do futebol, dessa vez foi diferente. Elas continuaram jogando nos mais variados campos do país. Um desses lugares foi a cidade de Niterói, que mesmo após a deliberação de 1965, contou com dois movimentos de mulheres jogando futebol.

Este trabalho é fruto da minha dissertação de mestrado, defendida no ano de 2022 e intitulada “Entre a proibição e a primeira seleção: Representações de gênero no futebol de mulheres (1965-1988)”. O principal objetivo dessa investigação foi compreender as mudanças e permanências nas representações midiáticas relacionadas ao futebol de mulheres no estado do Rio de Janeiro. A escolha desse recorte espacial ocorreu em virtude da forte tradição futebolística do RJ desde os primórdios da modalidade no Brasil. Nesse sentido, com o auxílio da ferramenta de busca da Hemeroteca Digital<sup>[10]</sup>, a partir do termo “futebol feminino”, foi possível identificar os jornais do Rio de Janeiro que publicaram sobre a modalidade durante todo o recorte temporal estabelecido em quantidade significativa. Assim, foram selecionados para a pesquisa o *Jornal do Brasil*, o *Jornal dos Sports*, a *Tribuna da Imprensa*, da cidade do Rio de Janeiro e o *Fluminense*, de Niterói. Este último, foi fundado em 1878, sendo o jornal mais antigo do estado do Rio. A sua circulação na versão impressa foi encerrada em março de 2023. Contudo, o meio de comunicação ainda está em atividade por meio do portal eletrônico ofluminense.com.br (LIMA, 2023). Por ser um jornal local, o *Fluminense* fazia uma cobertura diferenciada, privilegiando os acontecimentos de Niterói.<sup>[11]</sup> Em função disso, durante o período investigado, o periódico noticiou sobre o futebol de mulheres na cidade, constituindo-se na principal fonte deste artigo. Vale destacar, nessa lógica, que Niterói se configura como um *locus* inédito de pesquisa no campo dos estudos sobre o futebol de mulheres no Brasil.

Além dos periódicos, foram analisados nesta pesquisa o Decreto-lei 3199 de 1941 do Conselho Nacional de Desportos e a Deliberação nº7 de 1965 da mesma instituição. Tais documentos são de extrema relevância pois tratam da proibição das modalidades esportivas as mulheres por parte da entidade máxima do esporte brasileiro naquela época. Nesse sentido, buscou-se analisar e compreender esses documentos levando em consideração as questões socioculturais daquele contexto.

Do ponto de vista teórico-metodológico, parte-se do pressuposto que a imprensa não reproduz apenas as notícias. A partir delas e da forma como são expostas, influencia a sociedade e é influenciada por ela (MOURÃO, MOREL, 2005). Além disso, os jornais são compostos por sujeitos heterogêneos, os quais possuem ideias e interesses distintos, circulam por diferentes esferas do poder, mantendo vínculos com personalidades influentes, o que impacta diretamente na forma como as notícias são veiculadas. (DE LUCA, 2005, p. 138). Nesse mesmo sentido, compreende-se que as representações jornalísticas fazem parte de um jogo de interesses, podendo variar de acordo com o contexto sociocultural, os grupos e sujeitos envolvidos e, conseqüentemente, nunca são neutras (CHARTIER, 1989).

O futebol no Brasil pode ser visto como um campo social composto de valores que representam e expressam uma barreira que deve ser conservada, tendo em vista a lógica social estipulada pelas relações de gênero. Nas palavras de Fábio Franzini:

[...] como esse espaço não é apenas esportivo, mas também sociocultural, os valores nele embutidos e dele derivados estabelecem limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser observados para a perfeita manutenção da ‘ordem’, ou da ‘lógica’, que se atribui ao jogo e que nele se espera ver confirmada. A entrada das mulheres em campo subverteria tal ordem, e as reações daí decorrentes expressam muito bem as relações de gênero presentes em cada sociedade: quanto mais machista, ou sexista, ela for, mais exacerbadas as suas réplicas (FRANZINI, 2005, p. 2016).

Por conta dessa lógica supracitada, as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam grandes dificuldades em se inserir e fazer parte do universo futebolístico. De acordo com Ludmila Mourão e Márcia Morel (2005), a trajetória do futebol de mulheres no Brasil é marcada por um “efeito sanfona”. Nessa perspectiva, quando o contexto parece representar uma condição de estabilidade, permanência e manutenção na mídia e nos campos, observa-se de forma dinâmica uma retração dessa prática. Neste artigo, serão analisados dois contextos distintos em que será possível perceber esse “efeito sanfona”.

## O PRIMEIRO MOVIMENTO (1968 - 1969)

Em 1964, um ano antes da Deliberação nº7 do CND, que reafirmou a proibição do futebol às mulheres, o Brasil sofreu um golpe civil-militar, que instaurou uma ditadura no país. O golpe, que possuía um caráter extremamente conservador e reacionário, contou com o apoio de um movimento de mulheres<sup>[12]</sup> chamado Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). O discurso propagado por esse movimento defendia que o papel da mulher na sociedade era ser mãe, esposa e dona de casa (CORDEIRO, 2016). Sendo assim, a prática do futebol pelas mulheres ia na contramão dessa mentalidade, a qual possuía uma força significativa na sociedade brasileira. Mesmo nesse cenário e tendo em vista todos os limites e dificuldades, as mulheres permaneceram jogando futebol

Três anos após a Deliberação, por exemplo, surgiram algumas equipes de futebol formadas por mulheres nas cidades de Niterói e São Gonçalo, que ignoraram a proibição. Naquele contexto, vale destacar que Niterói era a capital do Estado do Rio de Janeiro e, portanto, o que acontecia na cidade tinha uma relevância estadual e até nacional. Boa parte das notícias relacionadas a essas equipes foram divulgadas pelo jornal niteroiense *O Fluminense*, o qual era um meio de comunicação atuante não só na cobertura esportiva, mas também na promoção de eventos ligados ao esporte.

A primeira notícia sobre o futebol de mulheres em Niterói publicada pelo jornal *O Fluminense* após a Deliberação nº7 esteve na capa do jornal, enfatizando a jogadora Verinha, que foi chamada de “Pelé de Saias”, conforme pode ser observado na imagem abaixo:



FIGURA 1  
O Fluminense, Niterói, 30 jul. 1968, p. 3.

Apesar da comparação com Pelé, o jornal expôs alguns comentários a respeito da performance futebolística de Verinha em um amistoso disputado contra os rapazes do Colubandê: “fez três gols num jogo-treino contra um time de marmanjos. Não se sabe se devido a seus dribles ou a seu jeitinho, o fato é que não houve defesa que a segurasse na área”<sup>[13]</sup>. O discurso do jornal é contraditório, já que apresenta Verinha como uma grande jogadora, sendo comparada a Pelé, mas, coloca em dúvida o seu desempenho, cogitando que o sucesso das suas jogadas seria em função do seu “jeitinho”, em uma evidente sexualização do corpo feminino. De acordo com a teoria proposta por Teresa de Lauretis (1994) denominada tecnologias de gênero, a sexualização e a objetificação do corpo feminino teria por finalidade maximizar a vida, assegurando a procriação. Além disso, as páginas esportivas dos jornais possuíam como público-alvo os homens heterossexuais (SILVA, 2015), de maneira que esse tipo de linguagem, que trazia o corpo feminino como permissivo, era comum nos meios de comunicação.

Poucos dias após a notícia anterior, o jornal publicou que: “Nada menos do que dez “esquadrões” integrado por mulheres estão atuando em Niterói e São Gonçalo, depois que as equipes do Guarani e do Onze Unidos, do bairro Engenhoca, mediram força...”<sup>[14]</sup>. Na mesma notícia, o jornal informou sobre as preparações das equipes do Guarani, de Niterói e do Esperança, de São Gonçalo, as quais tinham um amistoso programado para ser disputado. A zagueira Denise, do Esperança, teria dito a Verinha que “se a bola passar você fica”<sup>[15]</sup> criando grandes expectativas para o jogo.

Segundo o jornal *O Fluminense*, essa expansão do futebol feminino chegou ao conhecimento do Chefe do Serviço de Censura e Diversões Públicas<sup>[16]</sup>, Arnaldo Pereira da Silva, que tentou proibir os jogos em Niterói e São Gonçalo, baseado na legislação vigente. As jogadoras ficaram completamente descontentes com a situação e as garotas do Guarani, por exemplo, consideraram “o autor da coisa um alérgico a mulheres”<sup>[17]</sup>. Denise e Verinha, que eram rivais nas quatro linhas, se uniram para defender o futebol feminino e sugeriram o seguinte: “Se eles próprios repetem que O NEGÓCIO É NO CAMPO, por que não medir forças conosco antes de querer proibir que se brinque sem fazer mal a ninguém?”

“Não levei a sério o negócio de alérgico a mulheres, já que estou acima desse tipo de brincadeira”. E prosseguiu, revelando que se pudesse até serviria como juiz em um “pega” entre “certinhas”<sup>[18]</sup>. Essa foi a resposta dada pelo censor Arnaldo Pereira, que embora tenha dito que não levou a sério a fala das mulheres, ficou claramente incomodado por ter sua masculinidade e heterossexualidade confrontadas. No que diz respeito ao impedimento das partidas, o chefe do Serviço de Censura e Diversões Públicas comentou que não poderia conceder alvarás para as mulheres jogarem, caso fosse solicitado. Porém, a interrupção das partidas só aconteceria se fosse pedida pela Federação Fluminense de Desportos (FFD).

O diretor da Federação Fluminense de Desportos se manifestou sobre o assunto, dizendo ser “a favor do futebol rebolado em Niterói”, como destacou *O Fluminense*:

O Sr. Murilo Portugal disse que o veto oposto pelo Serviço de Censura e Diversões Públicas ao futebol praticado pelas meninas, não tem razão de ser “desde que se limite o tempo normal de jogo e fixada uma determinada idade”. Lembrou o Sr. Murilo Portugal que a prática do basquetebol, voleibol, natação e outras modalidades esportivas, são muito cansativas, razão porque, esportivamente, é a favor do futebol feminino. Com relação ao aspecto jurídico do problema disse desconhecer qualquer imoralidade e sim “até um pouco de comicidade nas partidas”, acreditando mesmo que a Confederação Brasileira de Desportos reveja na legislação esportiva se há algum dispositivo proibitivo como alegou a censura fluminense ao tomar a decisão.<sup>[19]</sup>

Além do desconhecimento de Murilo Portugal, presidente da FFD, a respeito da proibição do futebol de mulheres, chama atenção o descompasso entre duas instituições que, em tese, deveriam atuar de forma integrada. Esse exemplo demonstra claramente a importância dos sujeitos que compõem essas entidades, visto que possuem conhecimentos e pontos de vista diferentes, o que influencia diretamente nas suas decisões e posicionamentos.

Sem uma articulação entre as instituições para conter os jogos realizados pelas mulheres, eles continuaram sendo programados. Uma dessas programações seria um festival esportivo no campo do Colubandê, que iria reunir oito clubes. Arnaldo Pereira da Silva, censor do Estado do Rio de Janeiro, que havia tentado proibir o futebol feminino, foi convidado pelo diretor do Guarani, Zalmir Gonçalves, um dos organizadores do evento, para ser juiz na partida entre o Guarani e o Onze Unidos e de acordo com o *Jornal do Brasil*, aceitou o convite.<sup>[20]</sup> É válido mencionar o fato dessa notícia ter sido veiculada por um periódico que não estava fazendo a cobertura do futebol de mulheres em Niterói. Sendo assim, é possível que os jornalistas do *Jornal do Brasil* tenham tomado conhecimento do caso e buscassem mais informações a respeito, visto que: “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. (DE LUCA, 2019, p.139). Anteriormente, o censor Arnaldo Silva havia dito ao jornal *O Fluminense* que gostaria de apitar um jogo entre mulheres, em tom de ironia. A partir dessa informação, o diretor do Guarani aproveitou a oportunidade para convidá-lo, em uma perceptível estratégia de manter boa relação com alguém que poderia atrapalhar os seus planos enquanto dirigente de uma equipe de futebol feminino.

Na mesma notícia em que o *Jornal do Brasil* revelava o aceite do censor Arnaldo Silva para apitar a partida entre Guarani e Onze Unidos, escreveu sobre Verinha, dizendo: “[...] uma das melhores jogadoras de São Gonçalo, e a única que recebe prêmio em dobro por partida ganha”. No que diz respeito a expectativa do público, foi relatado que: “Os torcedores estão apostando na vitória do Guarani, havendo casos em

que as apostas giram em torno do número de gols de Verinha”.<sup>[21]</sup> Essas informações são importantes pois demonstram que o futebol praticado por mulheres impactava a realidade local, existindo até mesmo um conhecimento dos torcedores, pelo menos das principais jogadoras, haja vista as apostas na quantidade de gols de Verinha. O *Jornal do Brasil*, contudo, não publicou mais notícias sobre a prática do futebol pelas mulheres em Niterói, indicando que o interesse do periódico se restringiu a um episódio específico.

No final do ano de 1968 as notícias sobre as partidas na região de Niterói e São Gonçalo diminuíram no jornal *O Fluminense*. No mês de outubro, porém, uma matéria trazia uma novidade: uma árbitra mulher. De acordo com o jornal, Lucia Maria Marta havia atuado em um triangular envolvendo o Brasinhas, o Esperança e o Colubandê. O título da matéria era: “Futebol feminino vai firme e já possui seu próprio “Armandinho””, fazendo uma referência ao principal árbitro de futebol do país naquela época, Armando Marques. Ao comentar sobre a atuação de Lucia Marta, o jornal destacou:

No domingo passado, durante a realização de um torneio triangular, em São Gonçalo, a apitadora demonstrou toda sua autoridade, marcando pênaltis e ameaçando várias atletas de expulsão de campo, tendo sua atuação agradado a todos. [...] a jovem atleta Lucia Marta Seixas, que deu um “show” de autoridade, imitando Armando Marques.<sup>[22]</sup>

Nessa lógica, a autoridade é assumida pelo jornal como uma característica masculina, personificada na figura de Armando Marques, que para ser alcançada por uma mulher só era possível por meio de uma imitação. O termo apitadora, utilizado para se referir a Lucia Marta, apesar de não ser mais utilizado atualmente, era comum na época também na sua versão masculina, para falar sobre os homens que atuavam como árbitros nas partidas de futebol.

Após ficar cinco meses sem noticiar sobre o futebol de mulheres em Niterói, *O Fluminense* voltou a trazer informações sobre a modalidade em março de 1969. A notícia, que ocupou a capa do jornal, destacou as brigas e a má atuação do árbitro, que segundo o periódico estava tão mal que teve que ser substituído. Ainda assim: “Ao final do jogo novo sururu foi verificado, brigando jogadoras, dirigentes e torcedores”.<sup>[23]</sup>

No mês seguinte, em uma matéria que trazia informações sobre o Conselho Regional de Desportos Fluminense (CRD), o futebol feminino estava entre um dos assuntos discutidos pela entidade, constando o seguinte:

Em pauta o futebol feminino o conselheiro Moacir Meneses focalizou a determinação baixada pelo CND e o CRD vai oficializar a FFD pedindo as necessárias providências para coibir a prática do referido esporte. Se os praticantes não forem filiados a FFD o CRD pedirá então intervenção da autoridade policial mediante ofício a ser encaminhado ao Secretário de Segurança.<sup>[24]</sup>

Se no ano anterior foi o Serviço de Censura e Diversões Públicas que tentou proibir o futebol feminino em Niterói e São Gonçalo, dessa vez era o CRD que agia no sentido de parar as jogadoras, através do contato com outras instituições. Segundo o jornal *O Fluminense*, as jogadoras não conseguiam entender os motivos da proibição e traziam argumentos favoráveis à presença feminina no futebol. A goleira do Independente, Ivani, em entrevista para o periódico, ponderou que não existia risco de se machucarem seriamente jogando entre elas, citando o seu próprio exemplo: “Eu, que jogo no gol, posso dizer que um chute de outra môça, não é tão violento a ponto de não poder agüentar, ou de poder causar maiores problemas”.<sup>[25]</sup> Ao dizer isto, Ivani parte do pressuposto que as mulheres possuem uma força limitada, em uma demonstração de violência simbólica, uma vez que ela reconhece e aceita essa condição de inferioridade construída socialmente. Apesar disso, por meio da noção de afastamentos e manipulações (CHARTIER, 1995), podemos considerar que ela se aproveita e se apropria desse discurso, usando-o em seu próprio favor para defender a presença de mulheres no futebol.

Apesar da indignação da goleira Ivani com a proibição citada na reportagem do *O Fluminense*, as articulações do CRD com a FFD parecem ter surtido efeito, dificultando a prática do futebol por mulheres. Uma alternativa encontrada para continuarem jogando, pelo menos a curto prazo, foi a inserção desses jogos

em eventos festivos, tais como a Festa da Laranja, em Itaboraí. As equipes do Colubandê FC, Esperança e Independente, que protagonizaram diversos jogos e torneios naquela região, se apresentaram nessa festa.<sup>[26]</sup>

No último dia do ano de 1969, *O Fluminense* divulgou a prestação de contas do CRD e nela constava o combate ao futebol de mulheres. De acordo com o jornal, a entidade relatou que: “vigiu a efetivação do futebol feminino em praças esportivas pertencentes a clubes filiados (os jogos efetuados em SG foram em campos abertos e da competência da autoridade policial)”<sup>[27]</sup>. Mesmo com algumas limitações, não podendo intervir em certos campos, o CRD teve um papel central na retração do futebol jogado por mulheres em Niterói e São Gonçalo. A partir do ano de 1970, *O Fluminense*, que cobriu boa parte das partidas entre times femininos de Niterói e São Gonçalo, não trouxe mais notícias sobre essas equipes, o que pode ser um indício que tenham deixado de realizar jogos, haja vista a cobertura feita nos anos anteriores.

## O SEGUNDO MOVIMENTO (1976 - 1979)

Alguns anos após esse movimento envolvendo o futebol de mulheres em Niterói, elas retornaram aos campos em uma proporção ainda maior a partir de 1976. O contexto social era, de certa maneira, favorável às mulheres, tendo em vista a definição do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o decênio 1976-1985 como a Década da Mulher pela mesma instituição, a qual elaborou um plano norteador a ser seguido pelos governos, que defendia a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, com ênfase na igualdade do acesso à educação, oportunidade de trabalho e atenção à saúde das mulheres<sup>[28]</sup>. A nível nacional, foi constituído o Centro da Mulher Brasileira, que tinha como objetivo lutar pelos direitos das mulheres (PEDRO, 2006). Entre algumas pautas que o movimento defendia estavam a integração da mulher ao mercado de trabalho, e à participação política feminina (SOIHET, 2007). Além disso, os movimentos feministas que emergiram nos anos 1960 até os anos 1980, reivindicaram políticas que o corpo ocupava um lugar central, como por exemplo os direitos de reprodução, aborto, prazer, contracepção e críticas a violência sexual (SOIHET, 2008). É difícil mensurar o impacto que às ideias dos movimentos feministas tiveram no campo esportivo. Contudo, pelo simples fato dessas discussões circularem na sociedade, é provável que tenha exercido influência em mulheres que se interessavam pelos esportes proibidos a elas naquele contexto.

Em relação ao aspecto político e social, vale mencionar que:

É certo que o processo de modernização engendrado pela ditadura foi de tipo conservador. Ainda assim, é difícil supor que uma sociedade que se urbanizou e se transformou da maneira como ocorreu no Brasil durante os anos 1970, mantivesse intactos os papéis e as representações tradicionais sobre a mulher (CORDEIRO, 2016, p. 66).

Assim, a visão social sobre a mulher já não era mais aquela de 1965, quando o CND instituiu a Deliberação nº 7, reforçando a proibição da modalidade. A concepção da mulher como mãe, esposa e dona de casa já não era mais compatível com o padrão médio da mulher brasileira dos anos 1970 (CORDEIRO, 2016). No âmbito político, Daniel Aarão Reis (2014) afirma que a ditadura civil-militar passava por um processo de enfraquecimento, por conta da concentração de poderes nas mãos do presidente, pela autonomia da polícia política e pelas denúncias que apareceram em vários lugares do mundo a respeito das torturas implementadas pelo regime aos opositores. Frente a isso, Ernesto Geisel foi indicado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici e junto com seu principal assessor, Golbery do Couto e Silva, formularam um projeto de restauração democrática pelo alto. Geisel, então, assumiu o governo brasileiro em 1974, com o intuito de realizar uma abertura política lenta, gradual e segura (REIS, 2014).

Nesse contexto de efervescência política e social, as notícias sobre o futebol de mulheres em Niterói reapareceram no mês de agosto de 1976 nas páginas do jornal *O Fluminense*. Dali até dezembro, a presença das informações sobre os jogos nas páginas do jornal foi constante e regular, com destaque para o Fluminense

Atlético Clube, que tinha a sua sede na Rua Xavier de Brito, pois além de possuir um time de mulheres, era no seu campo que a maioria dos jogos acontecia.

Segundo o periódico niteroiense, o Fluminense Atlético Clube, contudo, estava enfrentando sérias dificuldades financeiras e administrativas. Em uma notícia a respeito das eleições para a presidência do clube, o jornal informava que o campo teria que acabar para dar lugar a uma piscina. Porém, mencionava que: “A piscina ocupará uma área do seu campo e o que sobrou foi dividido para a prática do futebol society e do futebol feminino que aos domingos vem oferecendo boas receitas aos cofres do clube”<sup>[29]</sup>. Chega a ser surpreendente que em um contexto no qual o futebol era proibido para as mulheres, um clube era beneficiado financeiramente por essa prática sem sofrer represálias. Mas como foi dito em linhas acima, o cenário social era outro. As autoridades e instituições esportivas que em alguns anos antes se articulavam e se movimentavam para conter os avanços do futebol praticado por mulheres, já não o faziam mais. Da mesma maneira que o processo de abertura política realizado pela ditadura civil-militar a partir de 1975, de forma lenta e gradual (REIS, 2014), as tentativas de restringir e impedir essa prática esportiva pelas mulheres foram deixando de acontecer.

Como o futebol de mulheres estava oferecendo boas receitas ao Fluminense AC, foi criado um grupo dentro do clube, chamado “Trem da Alegria”, que tinha como objetivo promover a modalidade. Ao noticiar uma partida contra o Botafoguinho, o jornal destacou que: “A promoção é do famoso “Trem da Alegria” tricolor que vem realizando um trabalho para propagar o futebol feminino no Flu, visando um contato com as famílias do seu quadro social”<sup>[30]</sup>. A fim de estreitar as relações com o jornal, o “Trem da Alegria” promoveu um almoço para homenagear os redatores do periódico, que seria sucedido por um jogo entre as garotas do Fluminense e do Niteroiense. Na mesma notícia, o jornal expôs que: “o futebol feminino vem tomando grande vulto com jogos aos domingos que têm levado grande público ao minicampo da Xavier de Brito”<sup>[31]</sup>.

Alguns dias depois, o jornal trazia informações sobre dois jogos que aconteceriam no campo do Fluminense: Snoopy x Vasco e Fluminense x Nasa. Mais uma vez, antes dos jogos, o “Trem da Alegria” faria uma homenagem. Dessa vez o homenageado seria Carlos Barcelos, um dos jornalistas do jornal *O Fluminense* que mais noticiava sobre os eventos que ocorriam no clube da Rua Xavier de Brito<sup>[32]</sup>. Após essas homenagens realizadas, as notícias passaram a ocupar ainda mais as páginas do jornal. Elas passaram a ganhar mais destaque, sendo acompanhadas por fotografias dos jogos e dos integrantes do “Trem da Alegria”. A estratégia adotada pelo grupo do Fluminense, portanto, surtiu o efeito esperado e as notícias dos eventos no clube tiveram um espaço maior, como pode ser observado na imagem abaixo, a qual mostra o lance de um jogo com a torcida ao fundo, anunciando um torneio que estava sendo organizado.



FIGURA 2  
O Fluminense, Niterói, 29 out. 1976, p. 8.

Esse torneio, que aconteceu em novembro, reuniu as principais equipes da cidade, Fluminense, Nasa, Snoopy e Niteroiense e movimentou as páginas do periódico, estando presente em diversas edições. Na mesma notícia da imagem trazida acima, o jornal informava que: “A reunião preparatória está prevista para o dia 3 às 14h, entre Paulinho (Flu), Jorge (Nasa), Luis (Snoopy), Toninho (Niteroiense) e o nosso companheiro Carlos Barcelos. Na oportunidade, serão feitos o Regulamento e a tabela”<sup>[33]</sup>. O fato de o jornalista Carlos Barcelos participar da organização do campeonato demonstra que a relação dele com o futebol de mulheres na cidade não era apenas de trazer as notícias, mas de participar ativamente na promoção da modalidade. Isso possui um impacto direto na cobertura do jornal no qual ele trabalhava a esses eventos, tendo em vista o agendamento midiático-esportivo (MEZZAROBBA; PIRES, 2010).

Poucos dias após a notícia anterior, o periódico trouxe uma nova informação sobre o evento, mencionando que: “O torneio que será realizado dia 9 em Niterói, terá a sua tabela sorteada esta tarde, às 14h, na redação de O Fluminense”<sup>[34]</sup>. Esse fato evidencia o envolvimento do periódico com a realização do torneio, de modo que a relação entre os clubes e o jornal era positiva para os dois lados. Enquanto os clubes se beneficiavam do espaço concedido pelo jornal, este ganhava com a veiculação de notícias sobre os clubes.

No dia seguinte à reunião, o jornal trouxe as informações a respeito do regulamento e da tabela. Além disso, destacou o fato de que: “Um trio de árbitros da FFD funcionará no torneio e haverá prêmios para o campeão, vice, artilheira e goleira menos vazada”<sup>[35]</sup>. A presença de árbitros da Federação Fluminense de Desportos no torneio é significativa, pois na grande maioria desses jogos a arbitragem não era profissional. Certamente, foi a atuação em conjunto entre os clubes e o próprio jornal, que foi capaz de conseguir árbitros da federação para trabalhar no torneio.

Antes do torneio, Fluminense e Snoopy jogaram em Arraial do Cabo, que na época era distrito de Cabo Frio. A partida foi anunciada pelo jornal como um preparativo para o torneio programado. No dia do jogo em Arraial, o jornal trouxe mais informações sobre a viagem, relatando que as duas comissões seguiriam juntas em condução especial, além das escalões das equipes. De acordo com *O Fluminense*, os outros dois times inscritos no torneio, Niteroiense e Nasa, também iriam se preparar, jogando na Rua Xavier de Brito.<sup>[36]</sup>

Na data do tão comentado torneio, que valia o troféu “Jornalista Carlos Barcelos”, uma das manchetes da página esportiva era a seguinte: “Niteroiense x Nasa o jogo inaugural desta noite no Fluminense”<sup>[37]</sup>. No final da notícia o jornalista trazia um elemento muito relevante: “O torneio desta noite contará com a colaboração

de Jorge de Oliveira, presidente do clube tricolor que amanhã estará tentando a sua eleição nas relações do clube”<sup>[38]</sup>. O trabalho desempenhado pelo “Trem da Alegria”, portanto, estava diretamente atrelado aos objetivos políticos do presidente do clube, que pretendia ser reeleito

Dois dias após a realização do torneio, o jornal trouxe as informações sobre o evento, destacando que:

Com as arquibancadas do Fluminense literalmente tomadas pelo público, o torneio de futebol feminino foi a nota de destaque da última terça-feira em Niterói, no âmbito esportivo. A torcida organizada do Niteroiense com a sua incrementada bateria polarizou as atenções gerais, embora o Nasa tenha levado um grupo de torcedores com bandeiras e fogos para incentivar as suas jogadoras. O time do Niteroiense foi o grande campeão, após eliminar o Nasa e o Fluminense, na cobrança dos pênaltis. O tricolor ficou com o vice e após o torneio, foram entregues os troféus Carlos Barcellos e Firmino Vieira, ao campeão e vice, respectivamente<sup>[39]</sup>.

Em notícias anteriores o jornal *O Fluminense* já havia mencionado sobre o bom público que prestigiava os jogos na Xavier de Brito. Em contrapartida, nessa oportunidade, em função principalmente do caráter competitivo e organizado do torneio, até torcidas organizadas marcaram presença. Esse exemplo mostra o impacto que esses jogos de futebol entre mulheres tinham na cidade e nas pessoas envolvidas, que iam muito além das jogadoras. Esses times, formados por mulheres, despertaram sentimentos de pertencimento e de identificação em diversos sujeitos da cidade, os quais foram expressos pela prática do torcer.

Na notícia que informava sobre o torneio, o jornal destacava que a pretensão do Fluminense Atlético Clube era de promover outro torneio em dezembro, reunindo mais clubes. Ademais, segundo o periódico: “Há também, em perspectiva, um jogo-desafio entre o Niteroiense, campeão de anteontem e uma seleção, integrada por atletas que participaram da disputa. A data deste jogo poderá ser marcada para o final deste mês”<sup>[40]</sup>. Apesar do cenário favorável ao futebol de mulheres na cidade de Niterói, com planejamentos de futuros jogos e torneios, após esse evento a modalidade só apareceu mais uma vez nas páginas do jornal *O Fluminense* em 1976, e ainda de forma secundária, como uma preliminar entre Niteroiense e Cachoeiras no campo da Visconde de Sepetiba<sup>[41]</sup> e ao longo do ano de 1977, foram raras as notícias relacionadas ao futebol de mulheres. A desaparecimento dessa prática das páginas do jornal é intrigante, levando em consideração a cobertura feita durante boa parte do ano de 1976 e o fato de que os jogos realizados no campo do Fluminense AC rendiam retornos financeiros ao clube. Uma hipótese possível para explicar isso é a troca de comando na diretoria do clube, que pode ter deixado de promover o futebol feminino em seu campo.

Em 1978, entretanto, o futebol feminino voltou a estar presente nas páginas do jornal de forma mais significativa, com o time do Nasa sendo o único remanescente dos principais clubes que atuaram em 1976. Ao contrário deste ano, em 1978 e 1979, o que pôde ser observado nas páginas do jornal *O Fluminense* foram episódios dispersos envolvendo mulheres jogando futebol. A equipe do Nasa<sup>[42]</sup>, por exemplo, voltou a figurar no periódico no começo de maio de 1978. Na ocasião, o Nasa havia participado de um evento promovido pela Banda do Fonseca, com samba, futebol e churrasco, vencendo por 7 a 0 a Banda do São Bento, do Rio de Janeiro.<sup>[43]</sup> Em função do sucesso que o futebol de mulheres fez no evento da Banda do Fonseca, *O Fluminense* noticiou que os responsáveis pelo grupo pensaram em promover um torneio com quatro times no mês de junho. Porém, a ideia parece não ter avançado, visto que o campeonato não foi noticiado pelo jornal.

A equipe do Nasa voltou a aparecer nas páginas do jornal em novembro, em um evento no Clube Esportivo Mauá, organizado por Carlos Ritter e Carlos Barcellos, jornalista que atuou ativamente na promoção do futebol de mulheres em 1976. A notícia apontava que o Nasa havia vencido o time de Visconde por 10 a 0.<sup>[44]</sup> Em contraste com os jogos que aconteciam em 1976, os quais tinham como característica o equilíbrio entre as equipes, nesse novo contexto o time do Nasa vencia com facilidade levando em consideração os placares. Uma das razões disso, certamente, é a qualidade e o entrosamento entre as jogadoras, tendo em vista que atuavam juntas por um bom tempo e eram treinadas pelo mesmo técnico, Jorge Nascimento.

Quase um ano depois do jogo mencionado acima, uma notícia informava que o Nasa iria se apresentar em Duque de Caxias, no campo do colégio Casimiro de Abreu, contra uma equipe local. Além de informar sobre o jogo, o jornalista fez uma observação a respeito do futebol de mulheres:

O futebol feminino é uma atividade ainda sem muito prestígio nos grandes centros. No RJ, Niterói começou a dar mais atenções ao esporte, através iniciativas particulares de alguns desportistas como Paulinho e Jorginho que armavam times que se enfrentavam em Xavier de Brito, São Francisco e até em campos de SG. Em certa época, o futebol feminino chegou a ser perseguido pelas autoridades que puniam os clubes que deixassem tal prática em suas dependências. De 76 em diante, as proibições foram sendo esquecidas e as moças puderam “mostrar suas qualidades” no manejo com a bola.<sup>[45]</sup>

Ao destacar Niterói como uma das poucas cidades que começaram a dar atenção para o esporte no Rio de Janeiro, o jornalista ressalta a atuação de homens envolvidos na formação dos times e dos jogos, mas deixa de lado as jogadoras. As iniciativas desses sujeitos foram de fato relevantes para o esporte em Niterói, porém, elas só aconteceram porque existiam mulheres interessadas e comprometidas com a prática. Ao estabelecer 1976 em diante como o contexto no qual as proibições foram sendo esquecidas pelas autoridades, o jornalista coloca o movimento que ocorreu na Rua Xavier de Brito, com as equipes do Fluminense AC, Nasa, Snoopy e Niteroiense, como central na história do futebol de mulheres não só no Rio de Janeiro, como no Brasil.

Ainda no mês de outubro, o Nasa atuou duas vezes no mesmo dia, no campo da Escola Superior de Polícia Militar do RJ, em Niterói. “Nasa marcou 20 gols em 2 jogos na PMERJ”<sup>[46]</sup> era uma das manchetes da página de esportes do jornal *O Fluminense*, com uma foto abaixo de um lance de uma das partidas. Segundo o periódico, no primeiro jogo, o Nasa venceu o Flamenguinho, de São Gonçalo, por 15 a 0 e no segundo a vitória foi por 5 a 2, em cima do Unidos, também de São Gonçalo<sup>[47]</sup>.

Em novembro de 1979, o Nasa ainda apareceu mais duas vezes na coluna “Súmula”. O espaço foi utilizado com a finalidade de convocar as jogadoras e as notícias se restringiram a citar o nome das convocadas, o horário e o local do jogo e o adversário.<sup>[48]</sup> O Nasa foi o time de futebol feminino de Niterói que a maior longevidade naquele contexto, com um trabalho contínuo desde 1976 até 1979, com momentos mais atuantes e outros menos. O time ainda apareceu em algumas notícias no início de 1980, mas o seu desaparecimento das páginas do jornal sugere que a equipe não prosseguiu com as suas atividades. Pode-se compreender, portanto, que o desaparecimento do Nasa marcou o fim definitivo do movimento iniciado em 1976 na Rua Xavier de Brito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do futebol por mulheres no Brasil foi proibida durante vários anos. Porém, a forma como as autoridades e instituições esportivas lidaram com o assunto variaram de acordo com o contexto histórico. Nesse sentido, a partir da análise de dois movimentos relacionados ao futebol de mulheres em Niterói, percebe-se a ocorrência de intervenção das entidades esportivas para conter a prática da modalidade na segunda metade da década de 1960, enquanto na segunda metade da década de 1970 as mulheres jogaram sem sofrer interferência dessas instituições.

No movimento do futebol de mulheres, que aconteceu entre 1968 e 1969, destaca-se a realização de partidas entre os times de Niterói e São Gonçalo. Como consequência desses jogos, observa-se a interferência de algumas instituições no sentido de frear o avanço dessa prática. Ao mesmo tempo, é perceptível as contradições envolvendo as instituições e os sujeitos que faziam parte delas, tendo em vista a declaração do presidente da Federação Fluminense de Desportos, Murilo Portugal, a favor do futebol de mulheres e o aceite do Chefe do Serviço de Censura e Diversões Públicas, Arnaldo Pereira da Silva, para atuar como árbitro em um jogo de futebol feminino após tentar proibir a prática da modalidade. Apesar disso, o desaparecimento das notícias relacionadas ao futebol de mulheres naquele contexto sugere que as pressões feitas pelas instituições esportivas para coibir as partidas entre elas, principalmente pelo Conselho Regional de Desportos Fluminense, surtiram efeito.

Já no movimento do futebol de mulheres que aconteceu entre 1976 e 1979, observa-se a relevância do Fluminense Atlético Clube durante o ano de 1976, pois além de possuir uma equipe de futebol feminino, contava com um grupo chamado “Trem da Alegria” que promovia a modalidade no seu campo na Rua Xavier de Brito. A relação entre o clube e o jornal *O Fluminense* é outro elemento que chama atenção, tendo em vista as homenagens feitas para os jornalistas desse meio de comunicação, em uma clara tentativa de receber mais espaço nas páginas do periódico. Por sua vez, o jornal, por meio do jornalista Carlos Barcelos, não só noticiou o futebol entre mulheres como esteve envolvido diretamente na promoção de jogos e torneios. Apesar do cenário propício para o desenvolvimento do futebol praticado por mulheres, observou-se uma diminuição significativa das notícias em 1977. Em 1978 e 1979 as informações sobre mulheres jogando futebol até cresceram, porém, de forma dispersa e descentralizada, com o time do Nasa sendo o único remanescente dos que atuaram na Rua Xavier de Brito em 1976.

Se no movimento de 1968-1969 a atuação das instituições esportivas motivou o declínio dos jogos, no movimento de 1976-1979 não foi possível identificar uma razão concreta para explicar a diminuição das partidas. De todo modo, independente das motivações, nos dois casos evidencia-se a dinâmica do “efeito sanfona”, proposta por Ludmila Mourão e Márcia Morel. Em ambos os contextos, a prática da modalidade passou por um processo de expansão, mantendo estabilidade e regularidade nos campos e nos meios de comunicação, porém, acabou sofrendo uma retração, com o desaparecimento das notícias no primeiro caso e uma diminuição considerável delas no segundo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, C. S. de. *Boas de bola: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980*. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa. Florianópolis, 2013.
- BONFIM, A. *Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, 2019.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Sociedade Unipessoal, 2003.
- CHARTIER, R. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Algés: Difel, 2002.
- CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, n. 4, Campinas, 1995.
- CORDEIRO, J. Do golpe de 1964 ao “milagre brasileiro”: a campanha da mulher pela democracia (CAMDE) ação política e imaginário coletivo. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales*, número especial. Vol. 1, p. 46-69, 2016.
- DE LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005.
- DUNNING, E. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais da identidade masculina e as suas transformações. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992, p. 389-412.
- ELSEY, B; NADEL, J. *Futbolera: A History of Women and Sports in Latin America*. University of Texas Press, 2019.
- FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 316- 328, 2005.
- GOELLNER. S. V. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher da Revista Educação Physica*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

- GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo v. 19, n. 2, p. 143-151, jun. 2005.
- KESSLER, C. S. *Mais que barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- MEZZAROBBA, C.; PIRES, D. de L. O agendamento midiático-esportivo: considerações a partir dos Jogos Pan-Americanos 2007. *Comunicação e Esporte*, v. 17, n. 02, p. 124-136, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/864/791>. Acesso em: 2 maio. 2023.
- MOURÃO, L.; MOREL, M. As narrativas do futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. *Rev. Brasi. Cienc. Esporte*, Campinas, v.26, n.2, p. 73-86, 2005.
- PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p.249-272, 2006.
- PESSANHA, N. F. O mundo da bola: a proibição do futebol de mulheres em diferentes campos. *Esporte e Sociedade*, n.32, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/49488/28782>. Acesso em: 1 maio. 2023.
- REIS, D. A. A vida política. In: REIS, Daniel Aarão (Coordenação). *Modernização, ditadura e sociedade (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 75-125, 2014.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1990.
- SILVA, G. C e. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)*. Dissertação. (Mestrado em História Social) - Departamento de História-FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- SOIHET, R. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.13, n.24, p.191- 207, 2008.
- SOIHET, R. Encontros e desencontros no Centro da Mulher Brasileira (CMB) anos 1970-1980. *Revista Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 237-255, 1. sem. 2007.

## NOTAS

[1]O uso do termo futebol de mulheres foi defendido na tese de Cláudia Kessler (2015) como uma escolha política, a fim de valorizar as futebolistas brasileiras e as suas trajetórias no mundo esportivo. Portanto, utilizaremos o termo futebol de mulheres em primeiro plano, mas, não deixaremos de usar o termo futebol feminino, por ser o termo empregado pelos meios de comunicação da época.

[2] Centro de Referência do Futebol Brasileiro, Museu do Futebol. Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2019. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/eventos/704536/>. Acesso em 12 Maio. 2023.

[3] Centro de Referência do Futebol Brasileiro, Museu do Futebol. Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2019. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/eventos/704536/>. Acesso em: 12 maio. 2023

[4]PESSOA, Lucas. Receitas, público e audiência: números comprovam sucesso da Copa Feminina e crescimento da modalidade. *Lance*, 2023. Disponível em: <https://www.lance.com.br/lancebiz/mercado-do-esporte/receitas-publico-e-audiencia-numeros-comprovam-sucesso-da-copa-feminina-e-crescimento-da-modalidade.html>. Acesso em: 23 ago. 2023.

[5]Diário da Noite, Rio de Janeiro, 7 mai. 1940, p. 7.

[6]Revista Educação Physica, nº49, dez. 1940, p. 36.

[7]BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Planalto: Portal Oficial da Presidência da República. [Site].

[8] A partir de 1959, passaram a ser organizados jogos protagonizados por atrizes de São Paulo e do Rio de Janeiro, chamadas de vedetes. Esses jogos chegaram a ser realizados no Pacaembu e no Maracanã.

[9]BRASIL, Deliberação nº 7 do Conselho Nacional de Desportos. Disponível em: <https://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965/>. Acesso em: 3 out. 2020.

[10] Ver o site: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

[11] Além de noticiar a respeito de Niterói, O Fluminense também trazia informações de diferentes cidades do estado do Rio de Janeiro.

[12] A CAMDE era formada por mulheres católicas, brancas, das elites da zona sul do Rio de Janeiro. Contudo, o discurso dessas mulheres tinha um poder de abrangência que atingia outras classes sociais

[13] O Fluminense, Niterói, 30 jul. 1968, p. 1.

[14] O Fluminense, Niterói, 9 ago. 1968, p. 7.

[15]Ibid.

[16] De acordo com o portal Estudos do Brasil Republicano, vinculado ao Arquivo Nacional, o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) foi criado pelo decreto-lei 8.462, de 26 de dezembro de 1945. Durante a ditadura civil-militar, o órgão teve a sua atuação ampliada, atuando principalmente em questões políticas, mas não deixando de intervir em práticas sociais e culturais.

[17] O Fluminense, Niterói, 17 ago. 1968, p. 4.

[18] O Fluminense, Niterói, 20 ago. 1968, p. 6

[19]O Fluminense, Niterói, 23 ago.1968, p. 7.

[20] Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 set. 1968, p. 19.

[21] Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 set. 1968, p. 19.

[22] O Fluminense, Niterói, 31 out. 1968, p. 7

[23]O Fluminense, Niterói, 25 mar. 1969, p. 12.

[24]O Fluminense, Niterói, 3 abr. 1969, p. 12.

[25]O Fluminense, Niterói, 17 maio 1969, p. 5.

[26]O Fluminense, Niterói, 10 jun. 1969, p. 3.

[27] O Fluminense, Niterói, 31 dez. 1969, p. 6.

[28]Conferências Mundiais da Mulher, ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/> Acesso em: 4 fev. 2022.

[29]O Fluminense, Niterói, 9 set. 1976, p. 9.

[30] O Fluminense, Niterói, 26 e 27 set. 1976, p. 14.

[31]O Fluminense, Niterói, 1 out. 1976, p. 9.

[32] O Fluminense, Niterói, 7 out. 1976, p. 8.

[33] O Fluminense, Niterói, 29 out. 1976, p. 8.

[34] O Fluminense, Niterói, 3 nov. 1976, p. 9.

[35] O Fluminense, Niterói, 4 nov. 1976, p. 8.

[36] O Fluminense, Niterói, 7 e 8 nov. 1976, p. 15.

[37]O Fluminense, Niterói, 9 nov. 1976, p. 9.

[38] O Fluminense, Niterói, 9 nov. 1976, p. 9.

[39] O Fluminense, Niterói, 11 nov. 1976, p. 8

[40] O Fluminense, Niterói, 11 nov. 1976, p. 8.

[41] O Fluminense, Niterói, 14 dez. 1976, p. 8.

[42] A equipe do Nasa que voltou a atuar em 1978 manteve várias jogadoras que faziam parte do elenco em 1976 e incorporou atletas que jogavam em equipes rivais.

[43] O Fluminense, Niterói, 2 maio 1978, p. 11.

[44] O Fluminense, Niterói, 8 nov. 1978, p. 12.

[45] O Fluminense, Niterói, 6 out. 1979, p. 12.

[46] O Fluminense, Niterói, 24 out. 1979, p. 12.

[47] O Fluminense, Niterói, 24 out. 1979, p. 12.

[48] O Fluminense, Niterói, 11 e 12 nov. 1979, p. 15.

#### LIGAÇÃO ALTERNATIVE

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/7345/7142> (pdf)